

O CRESCIMENTO ACELERADO DAS CIDADES BRASILEIRAS: DESENVOLVIMENTO DAS FAVELAS

LOPES, Bárbara Hellyn Thomazoni.¹

VIEIRA, Ana Paula.²

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata³

RESUMO

O presente artigo possui o objetivo de analisar o contexto histórico que envolveu o início da urbanização no Brasil, apresentando os principais aspectos que desencadearam a aceleração deste processo. Desta forma, realizou-se um estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro, onde buscou-se entender de que maneira o processo de ocupação do território brasileiro foi determinante para que ocorresse a invasão de áreas periféricas nos grandes centros urbanos. Além disto, foram apresentados os principais acontecimentos que proporcionaram a criação de moradias insalubres e sem infraestrutura para abrigar a população de baixa renda que se transferiu do meio rural ao meio urbano em busca de empregos oferecidos pelo processo de industrialização do país.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Favelas. Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como seu assunto o crescimento acelerado das cidades brasileiras, enquanto o tema abordará o surgimento das favelas, conseqüentes da urbanização, realizando um estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro.

O problema elaborado foi desenvolvido com o intuito de compreender o processo de crescimento acelerado das cidades brasileiras, embasado em dados históricos, e entender de que maneira isso influenciou no surgimento e no crescimento das favelas. Desta forma, escolheu-se como foco uma das principais cidades brasileiras, o Rio de Janeiro, devido ao seu alto índice de desigualdade social, tendo como objetivo ressaltar a importância do Planejamento Urbano para minimizar problemas de moradia.

Referente ao objetivo geral proposto, buscou-se compreender o crescimento demográfico e populacional das cidades brasileiras, de acordo com os principais acontecimentos históricos que influenciaram neste processo. Enquanto nos objetivos específicos procurou-se relatar o processo de urbanização acelerada no Brasil; assim como descrever o surgimento das favelas brasileiras; compreender o processo de formação de favelas no Rio de Janeiro e entender porque grande parte

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: bah_thomazoni@hotmail.com

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: anapaulavieira__@hotmail.com

³ Docente na Faculdades Assis Gurgacz e Dom Bosco. Economista pela UNIOESTE – *Campus* de Cascavel/PR. Aluno do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios da UNIOESTE – *Campus* de Toledo/PR. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da UNIOESTE – *Campus* de Toledo/PR. e-mail: eduardo@fag.edu.br

da população carioca reside em tais comunidades; além de, ressaltar a importância do planejamento urbano para os problemas habitacionais das cidades.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 URBANIZAÇÃO ACELERADA NO BRASIL

O crescimento das favelas no Brasil, tem ligação direta ao processo de urbanização no período da intensa industrialização, embora seja possível considerar o surgimento das habitações precárias já na colonização portuguesa. As referências ao que denominamos por favelas estão associadas também ao contexto histórico do Rio de Janeiro, no século XIX (QUEIROZ FILHO, 2011).

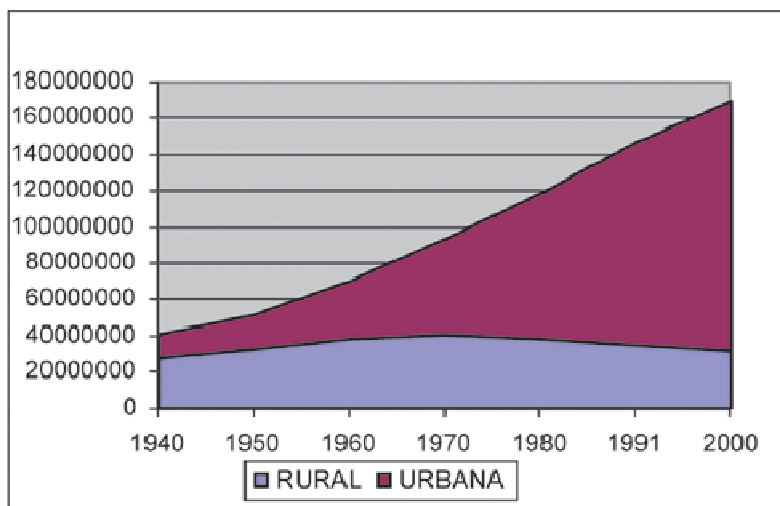
De acordo com dados do IBGE, a população urbana no Brasil, era 36,1% em 1950 e atingiu 84% em 2010. Sendo a média projetada para 2050 de 70%. A urbanização que levou mais de cem anos em outras partes do mundo hoje tido como industrializado, ocorreu no Brasil em apenas cinquenta anos, o que de certo ponto explica o déficit de desenvolvimento urbano (PEREIRA, S/D). A velocidade do processo de urbanização brasileiro é muito superior à dos países capitalistas mais avançados. Apenas na segunda metade do século XX, a população que residia nas cidades passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes foram acrescidos à população urbana (BRITO, 2006).

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, sobretudo na segunda metade do século XX. Em 1940 o crescimento da população urbana leva a um enorme movimento de construção de cidade, para o assentamento residencial dessa população, assim como suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc. Mesmo que o crescimento urbano não tenha respondido a todas essas necessidades, o território foi ocupado. Bem ou mal, toda essa população agora mora em cidades (MARICATO, 2013).

A partir da década de 1960, ocorreram alterações nas relações de trabalho no campo e na cidade, que tiveram como consequências o êxodo rural e o crescimento das cidades brasileiras. Segundo Silva (1997) *apud* Ugeda Junior (S/D), a urbanização quando não acompanhada de infraestrutura gera enormes problemas, como, deterioração do ambiente urbano; provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de

saneamento básico; modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público. Foi a partir da revolução industrial, da revolução agrícola e dos transportes que a urbanização ultrapassa a escala local e passa a realizar-se em um ritmo acelerado (UGEDA JUNIOR, S/D). O gráfico a seguir (Fig. 1), apresenta a relação entre o crescimento da população rural e urbana por volta 1940 e 2000.

Figura 1: Brasil: População rural e urbana, 1940/2000



Fonte: IBGE *apud* Brito (2006)

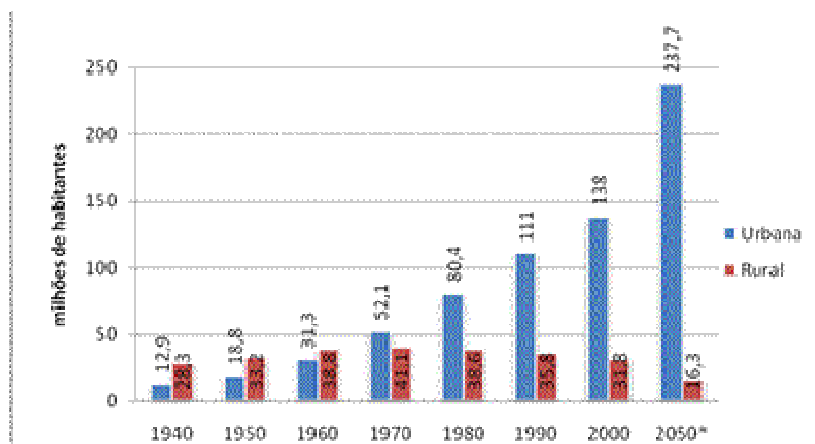
Segundo Maricato (2013), desde o período colonial o Brasil já apresentava cidades de grande porte, mas somente na virada do século XIX e início do século XX que o processo de urbanização começa realmente a se consolidar impulsionado pela emergência do trabalhador livre, a proclamação da República e uma indústria incipiente ligada à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades, durante esses períodos, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam obras de saneamento básico, promoviam o embelezamento e eram implantados mercados imobiliários capitalistas. Assim, a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram esses elementos de saneamento, embelezamento e segregação territorial, nesse período.

Entre 1930 ocorre o que Florestan Fernandes denomina de a revolução francesa no Brasil, onde o Estado passa a investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações e a burguesia industrial assume hegemonia política na sociedade. Essa ambiguidade, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ocorra em pleno século XX, quando o Brasil é formalmente República independente. Já em 1950, o

processo de industrialização chega em nova etapa, onde o país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção; com isso o centro das decisões é cada vez mais externo ao país, distanciando-se cada vez mais das necessidades internas. O grau de dependência externa sempre interferiu na produção do ambiente construído no Brasil (MARICATO, 2013).

De acordo com Miranda (2006), a partir da década de 1950, o processo de urbanização no Brasil tornou-se cada vez mais acelerado, sobretudo, devido a intensificação do processo de industrialização brasileiro ocorrido a partir de 1956, sendo a principal consequência entre uma série de outras. Segundo a Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2005 o Brasil tinha uma taxa de urbanização de 84,2 % o que deve aumentar para 93,6% até 2050, equivalente a um aumento de 237,751 milhões de pessoas morando nas cidades. Por outro lado, a população rural terá caído de 29,462 milhões para 16,335 milhões entre esses mesmos anos. Podemos observar esse crescimento no gráfico a seguir (Fig. 2):

Figura 2: População residente, por situação do domicílio no Brasil



Fonte: IBGE (2001) *apud* educacao.uol (S/D)

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que as cidades passaram a ocupar uma política destinada a mudar seu padrão de produção, ocasionando a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos, além das cidades, mudaram o mercado fundiário e vários aspectos da cadeia produtiva (RIBEIRO, 1997 *apud* MARICATO, 2013). Enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado, surgiu uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos (MARICATO, 2013).

As décadas de 80 e 90, ficaram conhecidas como “décadas perdidas”, o Brasil tem multidões, concentradas em vastas regiões, morros, alagados, etc., marcados pela pobreza homogênea. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 33% dos pobres brasileiros

vivem na região Sudeste, predominantemente nas metrópoles. Enchentes, desmoronamentos, poluição de recursos hídricos e do ar, desmatamento, congestionamento habitacional, etc. também são tragédias urbanas brasileiras registradas nesses períodos. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social. A tragédia urbana brasileira tem ainda suas raízes muito firmes a partir da privatização de terras (1850) e da emergência do trabalho livre (1888). Na década de 80, embora as metrópoles apresentem maior crescimento, seu ritmo diminuiu. As cidades de porte médio, com 100 mil a 500 mil habitantes, crescem a taxas maiores que as metrópoles. No entanto não se trata de uma mudança radical, pois as cidades de porte médio concentram aproximadamente 20% da população do país (MARICATO, 2013).

Durante 1989 e 1992 houve uma grande luta contra a crise habitacional, pois o mercado de trabalho e o mercado de locação de imóveis não se comunicavam. Os salários pagos a muitos trabalhadores não permitiam pagar o aluguel por uma moradia que oferecesse condições mínimas de habitabilidade. Nesse período ganhou destaque a Lei do Inquilinato, o congelamento dos aluguéis, determinado em 1942 por Getúlio Vargas, o que desestimulou a produção de moradia para locação, levando os trabalhadores a buscar loteamentos na periferia, até então pouco ocupados. Assim, o crescimento das favelas e tantas outras formas de assentamentos informais proliferaram nas cidades brasileiras (BONDUKI, 1994).

As periferias das cidades crescem mais do que os núcleos centrais o que implica no aumento significativo das regiões pobres. Os municípios centrais das maiores metrópoles crescem em média 3,1 % entre 1991 e 1996, enquanto os municípios periféricos crescem 14,7%. Outra mudança importante que afeta o padrão de urbanização, diz respeito a diminuição do crescimento populacional devido, principalmente, à diminuição da taxa de natalidade (MARICATO, 2013). O relatório do Programa Habitat, órgão ligado à ONU, revela que 52,3 milhões de brasileiros - cerca de 28% da população - vivem nas 16.433 favelas cadastradas no país, contingente que chega chegará a 55 milhões de pessoas em 2020 (MIRANDA, 2006).

A velocidade com que a migração rural-urbana ocorreu no Brasil gerou cidades caóticas, com grandes deficiências estruturais nos sistemas de transporte, condições de moradia precárias, saneamento e esgoto insuficientes, problemas relacionados à destinação de resíduos sólidos, disponibilidade baixa de espaço, preço da terra elevado e, mais recentemente, queda da produtividade em razão de efeitos da deseconomia de aglomeração gerados por congestionamentos e distâncias interurbanas elevadas, sem contar a degradação de espaços urbanos, especialmente nas periferias e pontos centrais (PEREIRA, S/D).

2.2 AS FAVELAS

As favelas podem ser definidas por uma área predominantemente habitacional, caracterizada pela população de baixa renda, pela precariedade da infraestrutura urbana e dos serviços públicos, vias e lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, sem seguir os padrões estipulados pelas leis. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as define como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, sem serviços públicos essenciais e em terreno de propriedade alheia, dispostas em geral de forma desordenada. Existem diversas definições tradicionais de favelas, mas frequentemente, a favela é vista através da ideia de precariedade (CAVALLIERI; VIAL; SILVA, 2012).

A favela é então caracterizada pela insuficiência histórica de investimentos do Estado; forte estigmatização socioespacial; autoconstrução, sem orientação de normas e padrões urbanísticos; apropriação social do território para fins predominantemente de moradia; alta densidade populacional; alto índice de desemprego; vulnerabilidade social. Outro fator que diferencia as favelas do restante da cidade é o grau de soberania do Estado inferior, ou seja, o mesmo não regula as favelas, assim, esse controle é realizado por grupos criminosos autocráticos, entre outros (CAVALLIERI; VIAL; SILVA, 2012).

2.3 AS FAVELAS NO BRASIL

Desde o princípio do século, existem relatos de trabalhadores que construíam suas casas aos redores das cidades. No entanto não era uma prática significativa, pelo menos até por volta de 1920, isso porque, havia uma larga difusão de moradias. A crise habitacional que atingiu os não-proprietários das principais cidades brasileiras a partir da década de 1940, embora influenciado pela Segunda Guerra, era parte dos novos rumos tomados pela economia e pela sociedade brasileira. A falta de residências não foi criada pela guerra, mas apenas agravada com ela. De fato, a falta de materiais de construção em decorrência da guerra reduziu a construção de moradias, no entanto, a crise foi antes consequência de modificações estruturais no sistema produtivo e nas formas de provisão de moradia. Verificou-se um grande êxodo da população rural para os centros urbanos, sobretudo capitais (BONDUKI, 1955).

Vários estudos mostram que as localidades “receptoras” geralmente obtêm mais benefícios dos fluxos de imigração em períodos de grande exploração mineral ou de incremento da industrialização do que as localidades “emissoras”. Há também vários estudos que deixam claro

que, durante décadas, notadamente em períodos de expansão do ciclo econômico, os imigrantes e suas famílias são beneficiados pelo processo migratório em termos de renda e melhoria de padrão de vida (MATOS, 2012).

Maricato (2013), afirma que, não há números, confiáveis, sobre a ocorrência de favelas em todo o Brasil. O IBGE, órgão responsável pelo censo demográfico anual, apresenta dados subdimensionados, o que o conduziu às prefeituras municipais, teses acadêmicas, centros universitários ou organismos públicos estaduais, que forneçam apenas dados pontuais. Assim, a divulgação do IBGE em 2000 afirma que entre 1991 e 2000 o número de favelas cresceu 22% em todo o Brasil. Consultando diversas fontes, o Labhab/Fauusp reuniu dados estimados para a população moradora de favelas em algumas cidades brasileiras: Rio de Janeiro 20%; São Paulo 22%; Belo Horizonte 20%; Goiânia 13,3%; Salvador 30%; Recife 46%, Fortaleza 31%. O processo de urbanização se apresenta como uma das máquinas de produzir ocupações inadequadas (MARICATO, 2013).

Considera-se as principais explicações para o surgimento das favelas: a abolição da escravidão e a crise da agricultura, o que levou uma quantidade expressiva de proprietários de terras a procurar centros mais importantes para se fixarem (MEDINA, 1964 *apud* QUEIROZ FILHO, 2011). O contexto militar da época pode ser considerado outro componente importante na gênese das favelas, no entanto, não é consenso entre os pesquisadores (QUEIROZ FILHO, 2011).

2.4 SURGIMENTO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO

De acordo com Silva (2010) as favelas surgem e se espalham pela cidade do Rio de Janeiro ao longo dos séculos XIX e XX, inseridas na lógica da formação econômica e social da cidade.

Conforme Vaz (1994), entre o século XIX e XX, ocorreram uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e sociais no Rio de Janeiro, transformando o pequeno centro colonial em uma metrópole com feições capitalistas. Nesta transição ocorreu a substituição do trabalho escravo pelo assalariado; a formação de mercados; decadência da cafeicultura e a definição de novas categorias sociais. O crescimento demográfico foi intenso, resultando na criação de modernos serviços públicos. A implantação destes sistemas se apoiava na força de trabalho empregada; estes trabalhadores aumentaram o número de pessoas que chegavam à cidade em busca de meios de sobrevivência, buscando a área central, onde se encontravam empregos e moradias.

Nesta época a estrutura urbana estava vinculada às atividades, definindo áreas centrais, residenciais e industriais. Devido à crise habitacional gerada por este intenso abastecimento demográfico, no centro se intensificaram as moradias chamadas “habitações coletivas” (VAZ, 1994).

Segundo Abreu (1988) *apud* Silva (2010), a abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento de comércio e serviços na área central da cidade faz com que se inicie uma luta pelo espaço, gerando conflitos que irão se repetir no espaço urbano. Dentre os problemas decorrentes, está a presença de população de baixa renda na área central da cidade. Sem poder de mobilidade, tais habitantes dependiam de uma localização central na cidade, tornando-se solução a criação de cortiços insalubres.

Os cortiços, são definidos como grandes casarões onde moravam um grande número de famílias, abrigavam cerca de 50% da população carioca no período entre 1850-70 (CAMPOS *apud* SILVA, 2004, p.53). Em 1866 proibiu-se a criação de novos cortiços e declarou-se a destruição dos existentes, através da “Ideologia de Higiene”. Desta forma, a população de baixa renda vai sendo aos poucos expulsa do centro da cidade, e conseqüentemente há uma exclusão social dos pobres do Rio de Janeiro (SILVA, 2010).

De acordo com Cardoso (2008) *apud* Queiroz Filho (2011), as habitações do século XIX eram predominantemente os cortiços. Essas moradias, por abrigar grande número de habitantes, foram associadas à insalubridade. Vaz (1994) *apud* Queiroz Filho (2011), afirma que essas moradias foram uma resposta à crise urbana, sobretudo ao crescimento demográfico intenso e o déficit habitacional. No Rio de Janeiro, a população mais que dobrou entre as décadas de 70 e 90. Assim, o cortiço, pode ser a “semente da favela”, pois o problema não foi solucionado na época, e na tentativa municipal de erradicar os cortiços deram origem às ocupações dos morros.

Conforme Abreu (1988) *apud* Silva (2010), a população dependente de estar próxima ao centro, devido à maior oferta de empregos e serviços, vai buscar outras formas de se manter no centro, surgindo então as primeiras favelas, sendo então uma consequência do desenvolvimento urbano, aliada a falta de mobilidade. As classes acima da média, por meio do mercado imobiliário, tendem a fazer com que o centro principal cresça na direção em que se segregam, no caso do Rio de Janeiro, a Zona Sul. Assim se desenvolve o que popularmente se chama “centro novo”, enquanto o centro tradicional, abandonado pelas burguesias, vem sendo tomado pelas camadas populares (VILLAÇA, 2001).

“Torna-se cada vez mais acentuada a divisão de nossas metrópoles em duas cidades divorciadas uma da outra – a dos mais ricos e a dos mais pobres e excluídos” (VILLAÇA, 2001, p. 232).

Conforme VILLAÇA (2001, p. 232), “o centro principal se deslocou e se transformou, os subcentros se formaram em função da inacessibilidade socioeconômica das camadas populares ao centro principal”. Dessa forma, certas regiões da metrópole se tornaram populares e o centro principal decaiu.

De acordo com Silva (2010), a Reforma Passos, ocorrida no início do século XX, abriu grandes espaços, alargou ruas e destruiu cortiços, tendo então papel fundamental para determinar a expulsão dos pobres do centro da cidade.

O aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil exportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em que a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional (ABREU e VAZ 1991, *apud* SILVA, 2010).

2.5 ARQUITETURA E URBANISMO PARA POUCOS

No Brasil, o acesso ao mercado privativo é tão restrito e as políticas sociais tão irrelevantes que para a maioria da população sobram apenas as alternativas ilegais ou informais. Em poucos casos nas escolas de arquitetura se estuda a moradia social. Ela é vista como algo à parte da grande arquitetura e do grande urbanismo. Porém, ao contrário do tratamento que recebe, ela deveria ser uma questão central para o planejamento, para a arquitetura e para o urbanismo (MARICATO, 2013). Nas duas últimas décadas do século XX, mais da metade dos domicílios de São Paulo foram produzidos com irregularidades (CASTRO & SILVA, 1997 *apud* MARINATO, 2000). A maioria das moradias produzidas nos últimos 20 anos, foram feitas sem conhecimento técnico e fora da lei (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2000 *apud* MARINATO). Isto significa que arquitetos e engenheiros não tem participado dessa grande construção e há a ausência do Estado regulador dessas áreas (MARICATO, 2013).

2.6 PLANEJAMENTO PARA A CRISE URBANA NO BRASIL

A crise urbana e a crise do planejamento urbano abrem espaço para novas propostas. Criar um caminho de planejamento e gestão que contrarie o rumo predatório, social e ambiental, que as cidades brasileiras seguem atualmente exige alguns pressupostos, que de acordo com Maricato (2013), são as seguintes:

- 1) Criar a consciência da cidade real e indicadores de qualidade de vida: um instrumento eficiente para identificar a cidade, sua face oculta, ilegal e segregada, é o conhecimento científico da cidade a partir de alguns indicadores e sua evolução. A apresentação ideológica da cidade. Tendo como padrão a manutenção de ruas com frequência, sinalização urbana reposta, iluminação pública melhor, policiamento maior, praças e jardins cuidados.
- 2) Criar um espaço de debate demográfico: dar visibilidade aos conflitos: a sociedade brasileira ignora ou não reconhece a existência dos conflitos sociais. Construir um espaço de participação social, que de voz aos que nunca tiveram é uma tarefa difícil em um país de tradição autoritária, mas altamente transformadora.
- 3) Reforma administrativa: as estruturas administrativas urbanas são na maioria arcaicas. Diante do intenso crescimento urbano, as máquinas administrativas foram se adequando, mas nunca se modernizando para enfrentar problemas decorrentes desse crescimento. A urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuindo endereço a cada domicílio, melhorar as condições de moradia e segurança urbana, mas não melhora o nível de escolaridade, não ajuda na organização de cooperativas de trabalho, ou no lazer dos jovens. A reforma administrativa exige formação de um novo tipo de agente.
- 4) Formação de quadros e agentes para a ação integrada: a implementação de uma nova política urbana requer qualificação da engenharia, urbanismo, arquitetura, geografia, etc.
- 5) Aperfeiçoamento e democratização da informação: cadastros desatualizados, é a situação da maioria dos municípios brasileiros. A cidade ilegal não é cadastrada ou seus cadastros não são compatíveis entre si.
- 6) Um programa especial para regiões metropolitanas: duas das nossas maiores cidades tem extensão superior a muitos países. Estão entre as maiores aglomerações do mundo. Aproximadamente 80% dos moradores de favelas estão em nove regiões metropolitanas. Apesar disso, não temos, no Brasil, nenhuma política institucional para as metrópoles. As metrópoles brasileiras deveriam merecer um programa habitacional e urbano específico da instância federal em consonância com os governos estaduais, de modo a atenuar as características das grandes concentrações de pobreza e violência, em especial nas áreas segregadas, ilegais e degradadas.
- 7) A bacia hidrográfica como referência para o planejamento e gestão: as bacias são unidades obrigatórias para a abordagem do planejamento urbano. Após os anos 70, devido à forte presença do movimento ambientalista, a abordagem territorial por meio de bacias começou a se impor e tudo leva a crer que sua adoção é questão de tempo.
- 8) Formulação de políticas de curtíssimo, médio e longo prazo: as tragédias, enchentes, etc. ocupam boa parte dos recursos financeiros. Os governos locais frequentemente estão despreparados, seja

para a ação imediata, seja para a prevenção. Ambas exigem diferentes medidas e providências, portanto, necessitam de qualificação profissional frente tomar decisões sobre o cenário nem sempre previsível. Uma providência com alto potencial transformador seria a doção de estágios de formação de funcionários em cada um desses diferentes níveis de atribuição, a troca de experiência certamente mudaria e muito o planejamento urbano.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A finalidade é conhecer as diferentes formas de contribuição científica que foram elaboradas sobre o assunto abordado no estudo (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Gil (1991) O estudo de caso pode ser analisado como, técnica psicoterápica, assim como método didático ou como método de pesquisa. Nesse sentido, pode ser definido como:

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (YOUNG, 1960 *apud* GIL, 1991, p.269).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa do trabalho foi elaborada a fim de entender de que forma ocorreu o processo de urbanização no Brasil, comparando dados estatísticos e processos que resultaram no aceleração demográfico e populacional do território, estabelecendo a relação do urbanismo com tais acontecimentos.

Desta forma, entendeu-se que a industrialização, a partir de uma série de processos como a abolição da escravidão, êxodo rural e chegada de novas tecnologias, foi um dos principais aspectos que contribuiu para que o Brasil recebesse um grande número de pessoas, e consequentemente seu espaço territorial fosse ocupado, em um curto espaço de tempo. O crescimento populacional obtido após a intensa transição de indivíduos para os maiores centros urbanos, em busca de empregos e melhores condições de vida, resultou na ocupação do território. Entretanto, a infraestrutura, empregos, transportes e serviços necessários para atender a demanda, não acompanhou o

crescimento territorial. Houve falta de preparo em infraestrutura nos centros urbanos, tanto no âmbito físico como social, o que conseqüentemente desencadeou na criação de novas moradias e espaços sem planejamento algum.

A segunda etapa da pesquisa apresentou as características daquilo que pode ser denominado como favela ou habitação de baixa renda, apontando episódios do cenário brasileiro que contribuíram na formação de tais áreas. Além disso, realizou-se um estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro, onde foram relatados momentos históricos de sua formação urbana, a fim de compreender o alto índice de ocupações irregulares e periféricas presentes na cidade. Nota-se que a Lei do Inquilinato, uma ação do Estado que buscava defender o locatário, acabou gerando uma crise de moradias e conseqüente exclusão da população de baixa renda dos centros, contribuindo para a ocupação de morros e periferias.

Ocupações inadequadas, moradias precárias, deficiências nos sistemas de transporte, infraestrutura insuficiente, grandes aglomerações, congestionamento e distâncias elevadas são resultados de uma urbanização acelerada aliada ao despreparo das cidades que receberam um número elevado de pessoas para abrigar, ao qual seus respectivos meios urbanos não estavam devidamente preparados, o que acarretou na falta de planejamento, causando a degradação dos espaços urbanos.

As favelas se iniciaram com este processo de ocupação do território e se mantiveram no interesse de poderes que regem a especulação imobiliária em uma sociedade, hoje, individualizada, que promoveu a exclusão social da população de baixa renda e acabou desencadeando uma série de problemas urbanos que ocorrem no Brasil. Nota-se assim a importância do papel do Estado e seu devido interesse pelo espaço urbano. Da mesma forma, se faz indispensável a preocupação de profissionais urbanistas em entender de que forma o projeto urbano pode afetar de maneira positiva ou negativa as diferentes classes sociais de um mesmo local, podendo influenciar não apenas uma localidade, mas indiretamente ou não, todo o país.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. Crise de Habitação e Luta pela Moradia no Pós-Guerra. KOWARICK, Lúcio (org). **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3398768/mod_resource/content > Acesso em: 14 nov. 2017.

BONDUKI, Nabil, 1955 – **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. – 4. Ed. – São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2004, p. 344.

BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200017&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 28 out. 2017.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana; SILVA, Jaílson de Souza. **A nova classificação de favelas para o planejamento das políticas públicas**, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/1f8a19d9-91d6-430d-81f4-52081055114e>> Acesso em: 13 set. 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3051921/mod_resource/content/1/CHALHOUB%2C%20Sidney%20-%20Cidade%20Febril.pdf> Acesso em: 15 nov. 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MIRANDA, Angelo Tiago de. **Urbanização do Brasil: consequências e características das cidades**, 2006. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>> Acesso em 28 out. 2017.

PEREIRA, José Basílio. **XXI: o século das cidades no Brasil**. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3681/1/XXI_o%20s%C3%A9culo%20das%20cidades%20no%20Brasil_11_P.pdf> Acesso em 10 nov. 2017.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. **Sobre as origens da favela**, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/273621468004.pdf>> Acesso em: 13 set. 2017.

SILVA, Marta do Nascimento. **A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul Carioca**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16168/16168_1.PDF> Acesso em: 13 nov. 2017.

UGEDA JUNIOR, José Carlos Ugeda. **Urbanização brasileira, planejamento urbano e planejamento da paisagem**. Disponível: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

VILHAÇA, Flávio. 1929. **Espaço infra urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.